

1 **ATA DA REUNIÃO**

2 **REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE**
3 **SÃO VICENTE REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2021**

4 Aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, em primeira
5 chamada às 14 horas, através de reunião virtual na plataforma *Zoom Cloud Meeting*,
6 realizou-se a Reunião Ordinária do CMAS de São Vicente, conforme registro de presença
7 em instrumental próprio (ANEXO I), para deliberar a seguinte pauta, conforme convocação:

8 **1) Leitura e aprovação da Ata de Reunião Ordinária de março de 2021; 2) Comissão**
9 **de Inscrição: andamento dos processos / revalidações; e, 3) Assuntos gerais.**

10 A reunião fora presidida pelo presidente do CMAS, Sr. Felipe Silva Galvão, que inicia
11 realizando a chamada e justifica a ausência da primeira secretária, Sr. Lilian Bezerra Fontes
12 Silva Duarte. Em virtude de tal ausência, a reunião foi secretariada pelo vice-presidente do
13 CMAS, Sr. Kleber Dias Silva, após deliberação da plenária. O presidente apresentou, ainda,
14 as justificativas de ausência dos seguintes conselheiros: Lucia Lela Schissato, Jefferson
15 Brunhara Bueno e Carolina Fernandes Andrade.

16 Iniciando o primeiro assunto da pauta, o presidente justificou que a leitura e
17 aprovação da Ata da Reunião Ordinária do mês de março de 2021 deverão ser realizadas
18 na próxima Reunião Ordinária (maio), tendo em vista que por problemas de saúde na
19 família da primeira secretária, Sra. Lilian, o documento não fora finalizado a tempo de ser
20 enviado aos e-mails dos conselheiros.

21 Assim, o presidente passa a palavra à Sra. Alessandra Serrão, participante
22 colaboradora da Comissão de Inscrição, a fim de iniciar as discussões acerca do segundo
23 assunto da pauta. Sra Alessandra inicia esclarecendo não ter se passado nem um mês
24 desde a última reunião Ordinária do CMAS-SV, realizada em 31 de março de 2021.
25 Portanto, não houve muitas atualizações que não aquelas já apresentadas em tal reunião.
26 Contudo, destaca que em relação às organizações Lar Vicentino, Lar de Amparo e Alfa e
27 Ômega (que entregaram documentos para revalidação), ainda estão em análise. Lembrou,
28 também, que o LAM é a única entidade, até então, que teve sua revalidação aprovada pela
29 Plenária. Reforça que a data limite para envio da documentação de revalidação é até 31 de
30 abril, e fez um apelo para que as organizações entreguem o quanto antes.

31 O conselheiro João Carlos Guilhermino da Franca, solicita à Comissão de Inscrição
32 que rerepresente a documentação que se deve entregar para a revalidação. A Sra.

33 Alessandra responde dizendo que os documentos permanecem os mesmos, de acordo com
34 a Resolução Normativa CMAS-SV nº. 10/14: relatório do ano anterior e plano de ação do
35 ano vigente, caso tenha havido alteração na composição da diretoria, deve-se, ainda, enviar
36 ata de eleição e posse dos membros da diretoria e eventuais alterações em estatuto.

37 O presidente, em leitura à mensagem no *chat* da Plataforma ZOOM, feita pelo Sr.
38 Rodrigo questiona à Comissão de Inscrição se o Lar de Amparo ao Idoso ainda precisa
39 entregar alguma documentação. Sra. Alessandra responde dizendo que um e-mail será
40 encaminhado à organização a fim de formalizar a resposta, contudo, diz que a entidade
41 deixou de encaminhar o Relatório de Atividades que demonstra a oferta do ano anterior. Sr.
42 Rodrigo diz que confirmará com a assistente social da entidade se o e-mail já não teria sido
43 enviado, uma vez que todos os modelos estão prontos e devidamente preenchidos.

44 Sra. Alessandra aproveita para solicitar às organizações que se atentem em utilizar
45 seus próprios cabeçalhos em vez de utilizarem o do CMAS, para preenchimento da
46 documentação, assim como pede atenção nas assinaturas, bem como na apresentação
47 integral da relação de usuários atendidos no período, com a numeração de NIS
48 devidamente identificada.

49 O Sr. Felipe menciona que, em função desta questão (inscrição das organizações e
50 seus projetos) foi discutida, entre os membros do Conselho-Diretor, a necessidade de
51 elaborar instrumentos que orientassem as organizações que venham requerer e solicitar
52 revalidação no Conselho. Mencionou que o Conselho-Diretor está pensando em apresentar
53 à Plenária: i. proposta de Resolução Normativa que estabelecesse os parâmetros para
54 inscrição; ii. plataforma que consolidasse todas as informações inerentes ao requerimento
55 da organização, em que fosse possível acompanhar todo o processo e etapas:
56 requerimento, eventuais diligências, deferimento e indeferimento, *upload* de documentos e
57 demais informações de atualização de ata, estatuto, membros da diretoria e as informações
58 da oferta em si; iii. Cartilha de orientação de inscrição por tipos de ofertas e iv. Formação
59 e/ou capacitação de organizações para a inscrição de suas ofertas.

60 O presidente justificou que em função da pandemia, toda a metodologia de atuação
61 do CMAS precisou ser adequada e que a articulação para a elaboração de plataformas e
62 instrumentos que facilitem e viabilizem os trabalhos é imprescindível para garantir que as
63 ofertas sejam continuadas em nosso município, além de garantir a transparência das
64 informações. O presidente pergunta se os conselheiros concordam em colocar tais

65 questões em prática, o que não houve objeção. Assim, Sr. Felipe pede ao vice-presidente
66 que passe a conduzir tais processos.

67 Passando ao terceiro assunto de pauta (assuntos gerias), o presidente esclarece
68 que precisamos debater sobre os cancelamentos de inscrição daquelas organizações que
69 deixaram de executar suas ofertas e/ou não cumpriram com os critérios de revalidação,
70 uma vez que há organizações, dentre aquelas inscritas, que estão nas referidas situações
71 e que não tiveram suas inscrições canceladas. O vice-presidente, Sr. Kleber complementa
72 dizendo ser importante a discussão uma vez que a previsão de cancelamento está pautada
73 na Resolução CNAS nº. 14. Reforça que a intenção não é prejudicar ou interromper a oferta,
74 mas, sim, fazer com que as entidades sejam orientadas dos procedimentos para que não
75 seja necessário, no futuro, realizar cancelamentos.

76 O Sr. Kleber ainda rememora que todas as organizações inscritas receberam, por e-
77 mail, comunicação do CMAS solicitando o envio dos documentos para revalidação até o
78 dia 30 de abril do presente ano, com todos os documentos necessários em conformidade
79 com a RN CNAS nº. 14 e pede que, caso alguma organização presente não tenha recebido
80 o e-mail, informe à Secretaria Executiva para reenvio. A Sra. Alessandra reforça que esta
81 questão está no Art. 15º de tal resolução.

82 O presidente do CMAS, Sr. Felipe, pergunta, aos conselheiros, se aprovam que as
83 medidas de cancelamento das inscrições das entidades e serviços, projetos e programas
84 que deixaram de ser executados, bem como daquelas que não cumpriram os prazos para
85 a entrega da documentação de revalidação do ano anterior poderiam ser feitas, o que foi
86 aprovado por unanimidade. Menciona, ainda, algumas, entre as organizações que terão
87 suas inscrições canceladas, em virtude de algum dos motivos: JIP, AAR, APAS... entre
88 outras.

89 Dando sequência aos assuntos gerais, o presidente solicita aos conselheiros
90 membros de comissões temáticas compostas na última reunião ordinária que sejam
91 iniciados os trabalhos, solicita que se organizem para eleger um coordenador nas
92 comissões, uma vez que o prazo é bem curto para organizar o processo de conferência de
93 Assistência Social, o processo eleitoral dos representantes da sociedade civil e o processo
94 de alterações no Regimento Interno do Conselho.

95 O conselheiro Sr. João Carlos menciona que se o prazo da prorrogação do mandato
96 atual da gestão do CMAS é até setembro de 2021, o prazo é bem curto para que fosse
97 possível organizar todas as demandas pelas quais foram criadas comissões temáticas.

98 O presidente menciona sua preocupação quanto à metodologia da conferência, que,
99 provavelmente, deverá ser feita de forma remota. O Sr. João questiona se o tema e eixos
100 já foram divulgados pelo CNAS. A participante Sra. Aurora, do FORTSUAS, informou que
101 a Conferência Municipal deve ocorrer até o último dia de agosto, a Estadual, nos dias 4 e 5
102 de outubro e a Nacional, de 7 a 10 de dezembro, e que as orientações do CNAS devem
103 ocorrer virtualmente.

104 Sr. João enfatiza que de alguma forma, as organizações que estão pedindo
105 revalidação e continuaram executando o serviço encontraram meios de oferta, com muita
106 dificuldade em função do acesso e internet, mas, aquelas que se mantiveram ativas
107 encontraram formas e que tais experiências devem ser consideradas na realização das
108 conferências, abarcando os territórios e que se construam pautas para os debates para a
109 realizações do encontro municipal.

110 O presidente, Sr. Felipe, diante da colocação do conselheiro João, reforça que a
111 Comissão Organizadora deve se articular em encontros, mesmo que virtuais, para que se
112 iniciem os trabalhos, inclusive, preservando as experiências que as organizações têm tido
113 para continuarem suas atividades durante a pandemia, tendo em vista que como o processo
114 de conferência será de forma remota, tais experiências serão ricas para garantir a execução
115 da XIV Conferência Municipal de Assistência Social e finaliza mencionando que compõe a
116 Comissão Organizadora e que acompanhará de perto todo o desenvolvimento das ações.

117 A conselheira Sra. Valéria Uchôa pede a palavra para fazer um relato: onde mora,
118 “no Morro dos Barbosas” diz ter visualizado um grupo de pessoas em situação de rua,
119 aglomerados, em que era possível ver que estavam consumindo bebidas alcoólicas,
120 tossindo, aglomerados e sem máscaras; questionou quais departamentos poderiam ser
121 acionados para realização de abordagem social para conversas e orientações durante o
122 período de pandemia. O presidente esclarece que a pessoa em situação de rua, assim
123 como diversas pessoas não usam máscara, aglomeram e precisam de conscientização.
124 Menciona que o CENTRO POP faz este trabalho (de conscientização sobre a questão da
125 pandemia, consumo de substâncias etc.), porém, que o serviço da abordagem não funciona
126 como “disk para retirada”. Esclarece que o Morro dos Babosas faz parte da rotina diária da
127 equipe de abordagem, porém a equipe não tem a função de tirá-los do local, mas sim da
128 intervenção para conscientização de uso do serviço público (inclusive de saúde), sobre
129 evitar compartilhamento de copos e objetos, entre outros assuntos.

130 Assim, respondendo ao questionamento da conselheira, o presidente destaca que
131 em situações em que se observem aglomerações de pessoas em situação de rua, o
132 CENTRO POP pode ser acionado, porém, não com o intuito higienista de “retirar” as
133 pessoas do local.

134 A conselheira Valéria justifica que sua intenção não fora fazer julgamentos, mas, sim,
135 demonstrar sua preocupação com as pessoas em situação de rua, principalmente por
136 estarmos em período de pandemia; preocupa-se em relação à saúde daquelas pessoas e
137 se, de alguma forma, a municipalidade já fez alguma coisa.

138 O Sr. Aldo informa que há decreto que proíbe as pessoas que não usam máscara,
139 reconhece que pode haver certo hiato entre ter decreto e o instrumento ser cumprido, porém
140 a GCM fiscaliza. Neste caso, a guarda pode ser acionada e a falta de uso de máscara
141 poderá gerar multa e pagamento de cesta básica.

142 A Sra. Laura destaca que é muito “legal” a preocupação da conselheira Valéria,
143 porém que, numa hipótese de serem retiradas daquele local, a população em situação de
144 rua se desloca para outros locais, porque eles não têm casa, muitas vezes. Ainda, que nem
145 todos têm acesso à máscara; e levanta uma reflexão: em relação às multas de uma cesta
146 básica, o que se faria com a população de rua, uma vez que muitos não têm nem o que
147 comer? Conclui dizendo que o que pode e deve ser feito é conversar, explicar e
148 conscientizar sobre os cuidados que devem ser tomados.

149 O conselheiro João Carlos informa que a Faculdade Latino Americana de Ciências
150 Sociais (Flacso) lançou um edital para a sociedade civil que desenvolva trabalhos com a
151 população em situação de rua a fim de produzir um conjunto de documentos que
152 divulgassem uma metodologia que vem sendo trabalhada nos países europeus para o
153 enfrentamento da situação de rua, por meio de *housing first* (moradia primeiro), medida de
154 política pública que tem por finalidade dar a casa, a moradia, como ação integrada entre
155 várias políticas públicas.

156 Sobre o edital, Sr. João mencionou ter procurado saber, porém, não levou adiante,
157 porém, destaca que é possível que a metodologia seja incentivada para que os estados
158 brasileiros que tenham trabalho consistente trabalhem sobre tal perspectiva. Assim,
159 considera importante abrir diálogo no CMAS, com a política habitacional de São Vicente e
160 conhecer quais planos tem o governo para cuidar e pensar sobre a moradia das pessoas
161 em situação de rua. Segundo João, talvez, tenhamos que tomar um pouco de iniciativa e
162 antecipar, provocar a SEHAB para conversar com o conselho. Lembra que existe relatório

163 da relatora da ONU para as questões da moradia que trata a questão de rua como questão
164 da falta de moradia segura, pois, quem mora numa palafita, sem saneamento, sem
165 condição salubre está numa iminente situação de rua.

166 O Sr. Kleber menciona que a Adesaf também fez a leitura do edital mencionado pelo
167 Sr. João e que o modelo *housing first*, foi a metodologia que inspirou o programa De Braços
168 Abertos, da Prefeitura de São Paulo, programa que atuava na região da Cracolândia, na
169 Capital, com pessoas em situação de rua e uso abusivo de substâncias psicoativas. O vice-
170 presidente mencionou que tal modelo não exigia do usuário (que era, muitas vezes, usuário
171 de crack e/ou outras drogas), a abstinência, uma vez que o usuário do serviço iria para sua
172 própria casa, sua própria moradia. Sr. Kleber diz, ainda, que o modelo é inovador e se difere
173 dos modelos de acolhimento institucional previstos na Tipificação Nacional dos Serviços
174 Socioassistenciais, porém, reforça que independentemente da produtividade do diálogo
175 com a Habitação, é um modelo que pode ser ofertado pela própria pasta da Assistência
176 Social, como foi no caso do DBA: vagas em locais / hotéis eram alugadas pela
177 municipalidade, passando a ofertar a moradia primeiro, antes de quaisquer outros
178 procedimentos, dispondo, ao usuário, local para se alimentar, além de ofertar vaga em
179 frente de trabalho. Assim, conclui que se a discussão se amplia em São Vicente, existem
180 alternativas.

181 A Sra. Rosana Leite (SEAS) pede a palavra e menciona que embora desconhecesse
182 tais alternativas, se coloca à disposição para discutir e sugere de encaminhamento dialogar
183 com o Fórum de discussão municipal, promovido pela Secretaria de Planejamento de São
184 Vicente, envolvendo o coletivo do conselho e mais outros grupos. O Sr. Aldo menciona que
185 as agendas dos encontros do referido fórum foram disponibilizadas nos grupos (de
186 Whatsapp) e que os encontros são organizados pela SEPLAN, mas vê a importância de
187 participarmos a fim de mudar os objetivos no espaço de discussão.

188 O Sr. João menciona a importância das organizações da sociedade civil se
189 fortalecerem e construírem sua pauta: “muitas vezes a pauta do governo não é a mesma
190 das organizações”. Reforça que o CMAS deve trabalhar em diálogo, mas não de forma
191 submissa. Por isso, necessário espaço próprio para construir, com firmeza, propriedade,
192 construindo pautas que sejam interessantes não necessariamente as do governo, pois
193 simplesmente entrar nesses espaços que já têm pauta, e mais uma vez apassivado não
194 parece que seja de fato garantir o direito da população. Assim, propõe o fortalecimento das
195 agendas, num processo de organização enquanto sociedade civil.

196 O presidente diz que “pop rua” deve ser pauta diária do CMAS, sugere, então,
197 criação de comissão permanente que discutirá a política da situação da população em
198 situação de rua. Sr. João menciona estar de acordo e que quer fazer parte. A Sra. Suzana
199 menciona também estar a favor da instituir a referida comissão. Os demais conselheiros
200 também concordaram no chat da plataforma, em unanimidade.

201 O presidente pede que o vice-presidente providencie, portanto, resolução normativa
202 de deliberação da criação da Comissão Permanente para Discussão da Situação da Política
203 de Atenção à Pessoa em Situação de Rua no Município de São Vicente, composta pelos
204 inscritos: Felipe Silva Galvão, João Carlos Guilhermino da Franca, Marcia Pansarini Dias,
205 Suzana Yoshiko e Valéria Uchôa. A comissão contará com outros participantes. Além dos
206 conselheiros, inscreveram-se: Marcos, da Associação Alfa e ômega, Laura, Flávia e Odair.

207 O presidente da reunião pergunta se mais alguém gostaria de fazer uso da palavra,
208 o que não houve. Assim, o presidente encerra a reunião.

209

210

211

212

Kléber Dias Silva
Vice-presidente do CMAS e
secretário da sessão

213 ANEXO I - LISTA DE PRESENÇA

214 REUNIÃO ORDINÁRIA ABRIL DE 2021

	Representatividade		Nomes	Frequência
Governo	Titular	Secretaria de Assistência Social	Felipe da Silva Galvão	Presente
	Titular	Secretaria de Assistência Social	Gláucia Mattos Marinho	Presente
	Titular	Secretaria de Assistência Social	Bruno Pierre Pereira	Ausente
	Suplente	Secretaria de Assistência Social	Maria Aparecida Gomes	Ausente
	Suplente	Secretaria de Assistência Social	Thiago Ferreira	Ausente
	Suplente	Secretaria de Assistência Social	Leandro Valença	Ausente
	Titular	Secretaria de Educação	José Valter dos Santos	Ausente
	Suplente	Secretaria de Educação	Tathiane da Silva Santos	Ausente
	Titular	Secretaria de Saúde	Joana Cristina Lopes de Carvalho	Ausente
	Suplente	Secretaria de Saúde	Gisele de Oliveira Palucci	Ausente
	Titular	Secretaria de Cultura	Valéria Uchôa Beranger	Presente
	Suplente	Secretaria de Cultura	Elaine de Oliveira Santos	Ausente
	Titular	Secretaria de Habitação	Eliene Souza Silva	Ausente
	Suplente	Secretaria de Habitação	Regina Aparecida Dantas dos Santos	Ausente
	Titular	Secretaria de Desenv. Comér., Ind. e Assuntos Portuários	Antonio Homsy Cabral	Ausente
	Suplente	Secretaria de Desenv. Comér., Ind. e Assuntos Portuários	Andrea dos Santos	Ausente
	Titular	Secretaria da Fazenda	Teresa da Silva Homem	Presente
	Suplente	Secretaria da Fazenda	Catherine Generoso Fernandez	Ausente
Sociedade Civil	Representatividade		Nomes	Frequência
	Titular	Entidade: Associação de Desenvolvimento Econômico e Social às Famílias (Adesaf)	Kleber Dias	Presente
	Titular	Entidade: Centro de Aprendizagem e Motivação Profissional (CAMP Rio Branco)	Marcia Aparecida Pansarini Dias	Presente
	Titular	Entidade: Instituto Camará Calunga	João Carlos Guilhermino da Franca	Presente
	Suplente	Entidade: Lar de Atendimento de Meninos e Meninas (LAM)	Carla Regina de Oliveira Silva	Presente
	Suplente	Entidade: Casa Crescer e Brilhar	Adonil Terixeira de Paula	Confirmar
	Suplente	Entidade: Apae São Vicente	Lucia Lela Schissato	Justificada
	Titular	Usuário de serviços socioassistenciais	Renata Chemalle Martins	Ausente
	Titular	Usuário de serviços socioassistenciais	Jefferson Brunhara Bueno	Justificada
	Titular	Usuário de serviços socioassistenciais	Vago	-
	Suplente	Usuário de serviços socioassistenciais	Vago	-
	Suplente	Usuário de serviços socioassistenciais	Vago	-

	Suplente	Usuário de serviços socioassistenciais	Vago	-	
	Titular	Representação dos Trabalhadores	Lilian Bezerra Fontes S. Duarte	Justificada	
	Titular	Representação dos Trabalhadores	Suzana Yoshiko Sasaki	Presente	
	Titular	Representação dos Trabalhadores	Ordália Akie Takeda Ysayama	Presente	
	Suplente	Representação dos Trabalhadores	Sindicato de Servidores Públicos Mun. De SV	Presente	
	Suplente	Representação dos Trabalhadores	Carolina Fernandes Andrade	Justificada	
	Suplente	Representação dos Trabalhadores	Vago	-	
Participantes	Secretaria Executiva CMAS-SV		Nomes	Frequência	
		Administrativo	Marlon Horta	Presente	
		Técnico	Vago	-	
	Participantes / segmento de representação				
		Rodrigo (Lar de Amparo ao Idoso)			
		Aldo Ferraz (NACES PROCURU)			
		Aurora (FORTSUAS)			
		Laureci Elias Dias			
		Sheyla (estudante de serviço social)			
		Maria (Saúde Mental SV)			
		Rosana Andrade Leite (SEAS)			
		Andrea Menezes			
		Valeria Souza (Alfa e ômega)			
		Jonas (estagiário de SS da Adesaf)			
		Odair Dias Filho (Adesaf)			
	Vanessa Correia (Alfa e Ômega)				
	Estela Janine (FORTSUAS)				
	Maria Aparecida (Amadef)				
	Mary Helen Larissa Almeida Santos (assistente social VIP)				

Convocação
Reunião Ordinária

O Conselho-Diretor do **Conselho Municipal de Assistência Social de São Vicente (CMAS)**, em conformidade com o cronograma previsto na Resolução Normativa nº. 04/2021, convoca seus representantes e convida os demais interessados para **Reunião Ordinária** a ser realizada em **14 de abril de 2021**, às **14h00**, por meio da plataforma ZOOM, cujo *link* será encaminhado minutos antes do início da reunião virtual.

Pauta:

1. Leitura e aprovação da Ata de Reunião Ordinária de março de 2021;
2. Comissão de Inscrição: andamento dos processos / revalidações;
3. Assuntos gerais.

Certos de contarmos com vossa presença, agradecemos, antecipadamente.

São Vicente, 12 de abril de 2021.

Felipe Silva Galvão
Presidente do CMAS/SV